



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Manual Técnico de Utilização
do WEBSERVICE e CSV
Portal de Direitos Coletivos**

CGSD/STI – CNMP

Histórico das revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
29/06/2012	1.3	Atualização do Documento.	Daniel ScandiuZZi
13/07/2012	1.4	Atualização do Documento.	Daniel ScandiuZZi
26/07/2012	1.5	Atualização do Documento.	Daniel ScandiuZZi
26/07/2012	1.6	Atualização do Documento.	Daniel ScandiuZZi
02/08/2012	2.0	Atualização do Documento.	Daniel ScandiuZZi
19/09/2012	2.1	Inclusão do campo com o número do processo no CNJ	Daniel ScandiuZZi
15/05/2013	2.2	Mudança do nome da aplicação para Portal de Direitos Coletivos e revisão do tamanho dos campos de cada entidade.	Flávio Manzi Alves
16/05/2013	2.2	Alteração do link da aplicação	Flávio Manzi Alves
22/10/13	2.3	Alteração do logotipo da documentação Detalhamento do método de exclusão de registro.	Flávio Manzi Alves
19/11/14	2.4	O campo estadoOrgaoOrigem deve ser obrigatório na exclusão do registro	Flávio Manzi Alves
21/06/16	2.5	Repaginação do documento e alterações no texto de orientação, alteração da URL do ambiente de homologação, Mudança do exemplo de voParte em CSV	Vanderson Telmo da Silva Pereira
20/08/2020	2.6	Inclusão dos tipos de documentos do CNJ	Vanderson Telmo da Silva Pereira
01/12/2020	2.6.1	Correção do endereço do serviço CSV	Vanderson Telmo da Silva Pereira
06/02/2024	2.6.2	Correção de informações sobre campos do CSV	Rodrigo Cipriano de Assis

Sumário

1	Introdução	1
2	Definições e Premissas	1
3	O Webservice	2
4	Estrutura dos dados	2
4.1	voResolucaoConjunta	3
4.2	voParte	4
4.3	voAssunto	4
5	Desenho da Solução	5
6	Arquivo CSV	6

1 Introdução

Este documento visa descrever as características técnicas do *webservice* implementado para receber as informações da Resolução Conjunta nº 2. Aqui estão descritas as informações requeridas pela Resolução e como as mesmas deverão ser estruturadas em mensagem para o *webservice*. Possíveis revisões no conjunto de informações requeridas estão previstas poderão ser revistas.

Este documento aborda também os procedimentos esperados para disponibilizar dados via arquivo CSV, assim como a estrutura que o arquivo deve seguir.

As informações requeridas pela Resolução são relativas à classe ICP (Inquérito Civil Público) e à movimentação TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) no domínio do Ministério Público e, no âmbito da Justiça, à classe de Ações Coletivas. Conforme abordado na Resolução, esses dois procedimentos (ICP e TAC) são as entidades fundamentais da solução no âmbito do Ministério Público e as Ações Coletivas no âmbito da Justiça.

Na seção “Desenho da Solução” encontram-se descritas as 4 etapas que serão implementadas para atender a Resolução, a saber: *disponibilizar as informações da resolução via webservice ou CSV, consultar informações dos procedimentos, consultar a íntegra dos procedimentos e integrar com o CNJ.*

A consulta pública está disponibilizada nos links:

Produção: <http://portaldedireitoscoletivos.cnmp.mp.br/consulta.seam>

Homologação: <https://homext72.cnmp.mp.br/siproc/consulta.seam>

2 Definições e Premissas

- O **WSDL** da Resolução encontra-se em disponível em:
Produção: <http://portaldedireitoscoletivos.cnmp.mp.br/ResolucaoConjunta2WS?wsdl>
Homologação: <https://homext72.cnmp.mp.br/siproc/ResolucaoConjunta2WS?wsdl>
- O **relacionamento entre ICP e TAC** é de NxN (Muitos para Muitos);
- Um TAC pode ou não estar relacionado a um ICP;
- O **número do procedimento TAC** deverá ser igual ao número do ICP quando aquele for originário deste. Porém, caso o TAC não seja oriundo de um ICP, o número do TAC deverá ser igual ao número de sua classe de origem;
- Caso um TAC seja movimentação em mais de uma classe, o mesmo deverá ser enviado o número de vezes em que seja movimentação, sendo que em cada uma das vezes seu número corresponderá a um número da classe de origem. Ou seja, um mesmo TAC que é movimentação em 3 ICPs deverá ser enviado 3 vezes, um para cada número de ICP.
- O **link do procedimento** servirá para que o usuário visualize a íntegra do procedimento com suas respectivas peças;
- O **link do procedimento TAC** deverá ser igual ao link do ICP, quando aquele for originário deste. Porém, caso o TAC não seja oriundo de um ICP, o link do mesmo deverá ser igual ao de sua classe de origem;
- Caso o Ministério Público de origem não possua a consulta pública implementada, o mesmo não precisa informar o link do procedimento;
- **Procedimentos sigilosos ou que estão sob segredo de justiça** não deverão ser enviados para

o MP Pró-cidadão. Porém, caso o procedimento tenha se tornado sigiloso após seu envio, o mesmo deverá ser enviado novamente com uma flag "sigiloso" ativada, para que ele seja removido da base do CNMP.

- A data de corte inicial de envio das informações é o dia 01/07/2011. Isso significa que apenas procedimentos criados/instaurados a partir dessa data serão enviados ao Portal.
- O período máximo sem envio de dados por um MP ao CNMP é de 7 dias. Caso nesse período não existam novas informações a serem enviadas, o MP deverá informar esse fato através da página de envio de arquivos CSV ou através do *webservice* de informar o período ocioso.

3 O Webservice

Foi criado um serviço web para atender a Resolução, **ResolucaoConjunta2WS** com os seguintes métodos acessíveis:

- **salvaDadosResolucaoConjunta**: incrementa/altera na base central de dados no CNMP.
- **informaPeriodoOcioso**: informa a não existência de inclusões/alterações nos procedimentos desde o último envio de dados;
- **excluiDadosResolucaoConjunta**: exclui da base central de dados no CNMP.

Todos dos métodos do webservice da Resolução Conjunta devem receber os parâmetros:

- **usuario**: e-mail do usuário que utilizará o *webservice*;
- **senha**: senha do usuário que utilizará o *webservice*;

As chamadas aos métodos **salvaDadosResolucaoConjunta** e **excluiDadosResolucaoConjunta** devem ser feitas passando o parâmetro **procedimento**, que é um array de **voResolucaoConjunta** (procedimentos). O tipo de dado **voResolucaoConjunta** está descrito na seção 4.1 desse manual.

4 Estrutura dos dados

Existem três tipos de dados complexos que são usados no webservice de resolução conjunta. Segue a descrição de cada um e sua forma de preenchimento.

- **voResolucaoConjunta**: possui todas as informações necessárias da Resolução e representa um procedimento (TAC ou ICP);
- **voParte**: representa as Partes do procedimento.
- **voAssunto**: representa os assuntos/temas do procedimento.

4.1 voResolucaoConjunta

ATRIBUTO	TIPO	DESCRIÇÃO
tipo* **	String(3)	Valores possíveis: “ICP”, “TAC”, “ACC”, “ACP”, “AIJ”, “APO” ou “MSC” com letras maiúsculas e sem aspas
numero* **	String(30)	Número do procedimento. O número do TAC deverá ser igual ao número de sua classe de origem.
url	String	Link para consulta pública do procedimento (Etapa 3 do Desenho da Solução). O link do TAC deverá ser igual ao link de sua classe de origem.
nomeOrgaoOrigem* **	String(500)	Nome do órgão de origem do procedimento. (Promotoria ou Procuradoria responsável pelo procedimento)
siglaOrgaoOrigem	String(100)	Sigla do órgão de origem
estadoOrgaoOrigem* **	String(2)	Estado do órgão de origem no formato de sigla maiúscula.
municipioOrgaoOrigem	String	Nome completo do Município do órgão de origem
assuntos[]	voAssunto	Array de assuntos do procedimento.
partes[]	voParte	Array de partes do procedimento.
dataInstauracao*	String no formato DD/MM/YYYY	Somente para ICP. Data de instauração do ICP.
dataPromocaoArquivamento	String no formato DD/MM/YYYY	Somente para ICP. Data de promoção de arquivamento do ICP.
dataHomologacaoArquivamento	String no formato DD/MM/YYYY	Somente para ICP. Data de homologação do arquivamento do ICP.
dataAssinatura*	String no formato DD/MM/YYYY	Somente TAC
sigiloso	String(1)	Valores possíveis: “1” para remover o registro da base, pois o mesmo se tornou sigiloso. “0” para os registros não sigilosos.
numeroProcedimentoCNJ	String (20)	Somente ICP. Número CNJ do processo (sem máscara), caso o mesmo tenha sido judicializado.

* campos obrigatórios para o serviço salvaDadosResolucaoConjunta

** campos obrigatórios para o serviço excluiDadosResolucaoConjunta

4.2 voParte

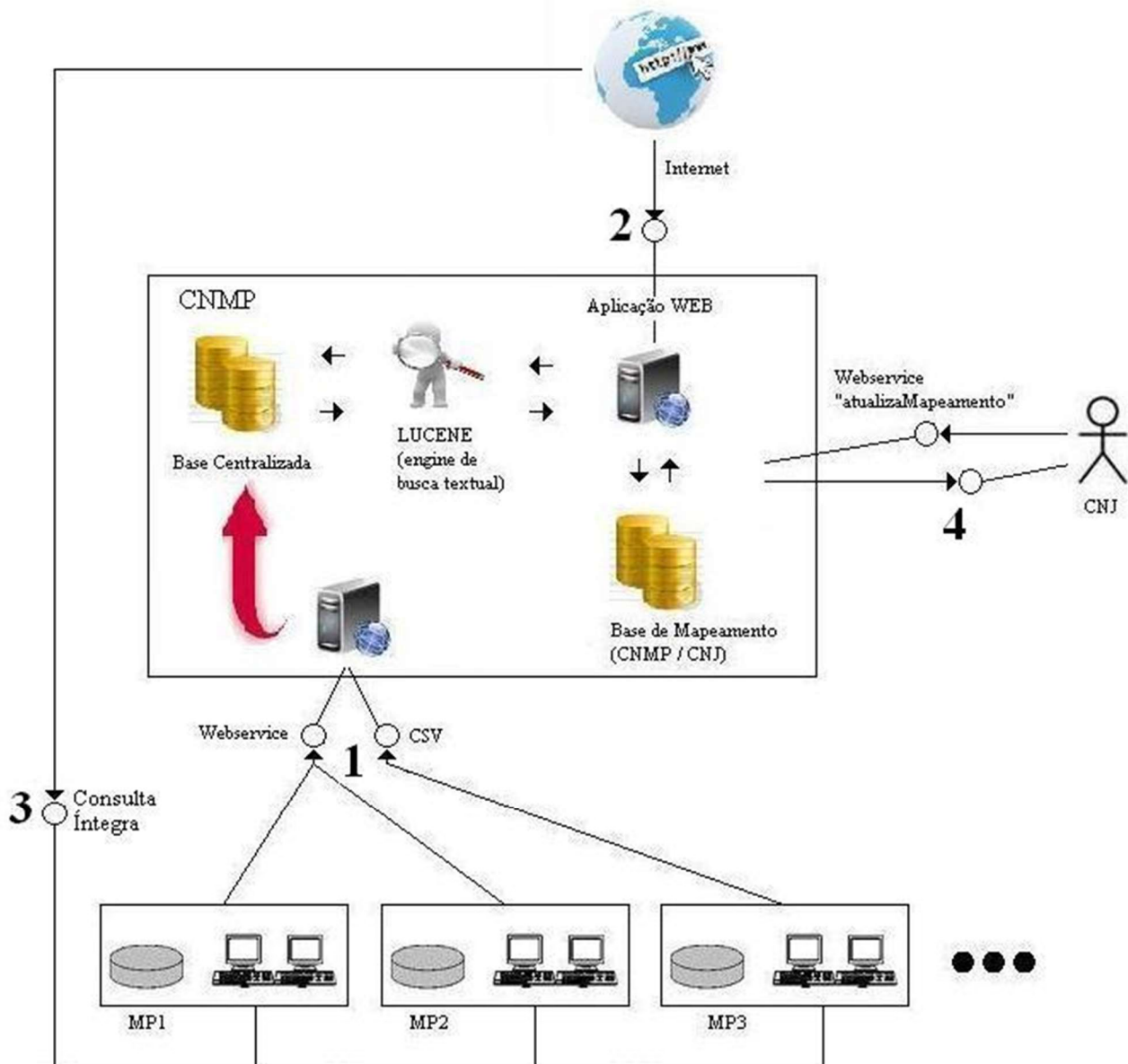
ATRIBUTO	TIPO	DESCRIÇÃO
cnpj	String(14)	CNPJ da parte
cpf	String(11)	CPF da parte
descricao*	String(500)	Descrição da parte.
nome*	String(500)	Nome da parte.

* campos obrigatórios

4.3 voAssunto

ATRIBUTO	TIPO	DESCRIÇÃO
codigo	String	Código do assunto na tabela unificada (caso o MP possua essa classificação)
descricao	String(500)	Descrição do assunto. Não precisa usar a tabela unificada.
tipo	String(1)	Tipo do assunto na tabela unificada (caso o MP possua essa classificação). Os tipos envidados serão, em sua grande maioria, do TIPO A, podendo ocorrer o TIPO T, os outros tipos não serão utilizados. Determina o tipo do ITEM, segundo a seguinte descrição: A → ASSUNTO; T → ASSUNTOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO; C → CLASSE; M → MOVIMENTO; N → ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL;

5 Desenho da Solução



1. Disponibilizar as informações da resolução via webservice ou CSV (IMPORTANTE)

As informações contidas neste documento estão fortemente ligadas à essa etapa, principalmente no que se refere à utilização do webservice.

Esta etapa de disponibilização das informações básicas dos procedimentos TAC e ICP é o alicerce para o funcionamento das outras etapas. Ela visa popular a base central que fica no CNMP e é o foco do projeto piloto. Não é necessário que o MP implemente a etapa III para implementar a etapa I.

2. Consultar informações dos procedimentos

Esta etapa está sendo desenvolvida pela STI do CNMP e provê a consulta das informações contidas na base central. Essa consulta foi dividida em duas partes, simples e avançada, e foi implementada usando o Lucene como engine de busca textual.

Através do resultado da consulta, o usuário poderá ver a íntegra do procedimento (etapa 3) ou as ações coletivas (etapa 4).

3. Consultar a íntegra dos procedimentos (Link da Consulta Pública)

Nesta etapa, os MP devem disponibilizar a consulta pública da íntegra de seus procedimentos (TACs e ICPs). Tão logo a consulta pública esteja disponível, o CNMP a utilizará como forma de acesso às peças dos procedimentos cadastrados na base de dados centralizada. Ao implementar a consulta pública, o MP deverá informar a URL de acesso ao procedimento (campo *link* do voResolucaoConjunta).

4. Integrar com o CNJ

Nesta etapa, o CNMP e o CNJ trocarão informações para correlacionar os ICPs e TACs com as Ações Cíveis Públicas.

6 Arquivo CSV

Deve-se acessar o link <https://portaldedireitoscoletivos.cnmp.mp.br/pages/uploadCSV.seam>, fazer login e enviar o arquivo.

O arquivo CSV possui 3 tipos de linha, cada uma representa uma estrutura diferente. Essas estruturas são: procedimento (VOResolucaoConjunta), parte (VoParte) e assunto (VoAssunto).

A ordem que as linhas são dispostas no arquivo interfere na montagem da informação, isso significa que todos os VoParte e VoAssunto pertencem à VOResolucaoConjunta imediatamente anterior. Ao encontrar outra linha do tipo VOResolucaoConjunta, o VOResolucaoConjunta anterior é encerrado e inserido na base, iniciando assim um novo VOResolucaoConjunta.

Os campos de cada uma das 3 estruturas devem ser separados por um caracter "|" (pipe) e obedecerem à seguinte forma:

1º Seção de Procedimento (VOResolucaoConjunta)

Exemplo de uma linha válida:

```
VoResolucaoConjunta|1.01.001.123456/2012-  
11|TESTE- CSV|NOME - TESTE  
AUTENTICACAO|TAC|20/05/2012|20/05/2012|19/  
05/2012|01/05/2012|DF|http://www.mp.sp.gov  
.br/Processo/TAC/201211.html|0|00052235720  
138130568
```

Ordem dos campos:

1º VoResolucaoConjunta = Identificador da linha

2º 1.01.001.123456/2012-11 = número do procedimento

3º TESTE- CSV = Sigla do órgão

4º NOME - TESTE AUTENTICACAO = Nome do órgão

5º TAC = Tipo do procedimento

6º 20/05/2012 = Data de Homologacao Arquivamento

7º 20/05/2012 = Data de Promocao Arquivamento

8º 19/05/2012 = Data de Assinatura (OBRIGATÓRIO PARA TAC)

9º 01/05/2012 = Data de Instauração (OBRIGATÓRIO PARA ICP)

10º DF = sigla do estado de origem

11º <http://www.mp.sp.gov.br/Processo/TAC/2012-11.html> = link

12º 0 = Flag não sigiloso (1 caso seja sigiloso)

13º 00052235720138130568 = Número do Procedimento no CNJ, caso o mesmo tenha sido judicializado

2º Seção de Parte(s) (VoParte)

Exemplo de uma linha válida:

```
VoParte|1.01.001.123456/2012-11|TESTE-  
CSV|111111111111||INTERESSADO|Fulano de Tal
```

Pode ocorrer mais de uma seção de parte para cada procedimento e a ordem dos campos é a seguinte:

1º VoParte = Identificador da linha

2º 1.01.001.123456/2012-11 = número do procedimento

3º TESTE- CSV = Sigla do órgão

4º 111111111111 = CPF

5º **VAZIO** = CNPJ (Não se aplica por se tratar de pessoa física)

6º INTERESSADO = Descrição da parte

7º Fulano de Tal = Nome da Parte

3º Seção de Assunto(s) (VoAssunto)

Exemplo de uma linha válida:

```
VoAssunto|1.01.001.123456/2012-11|TESTE- CSV|Assunto  
Geral de Teste do SIPROC CSV|10351|A
```

Pode ocorrer mais de uma seção de assunto para cada procedimento e a ordem dos campos é a seguinte.

1º VoAssunto = Identificador da linha (OBRIGATÓRIO)

2º 1.01.001.123456/2012-11 = número do procedimento (OBRIGATÓRIO)

3º TESTE- CSV = Sigla do órgão (OBRIGATÓRIO)

4º Assunto Geral de Teste do SIPROC CSV = Descrição do assunto

5º 10351 = código do item da tabela do SGT

6º A = tipo do item da tabela do SGT